

Pobreza e distribuição espacial de grupos sociais na metrópole de São Paulo¹

Eduardo Cesar Marques

Haroldo da Gama Torres

Esse artigo apresenta informações sobre pobreza e segregação em São Paulo em período recente. São inúmeros os trabalhos que tentam quantificar e qualificar a pobreza no Brasil, assim como especificar os principais elementos causais do problema. Apesar da excelente qualidade dessa produção, sustentamos a existência de uma importante lacuna no debate sobre o tema: a questão do espaço urbano. Se é verdade que uma parcela significativa das famílias em situação de pobreza no Brasil se situam em zonas rurais, também é verdade que uma pobreza talvez de outro tipo, mas certamente de grande magnitude a gravidade, se situa mesmos nos nossos centros urbanos mais prósperos. Assim, para que seja possível entender quais são as características dessa pobreza, temos que utilizar escalas de grande detalhe (que permitam estudar o intra-urbano) e especificar a distribuição espacial dos diferentes grupos sociais, caracterizando um espaço heterogêneo e complexo em termos geográficos.

Iniciamos o artigo, na primeira seção, discutindo a importância da pobreza urbana e metropolitana no Brasil, demonstrando com informações quantitativas que se, por um lado, o país exibe regiões rurais ou de baixa urbanização com intensa presença de pobreza, por outro as regiões metropolitanas, inclusive as situadas em regiões ricas como São Paulo, incluem um substancial contingente das famílias em tais condições.

O tema da pobreza urbana, entretanto, só pode ser verdadeiramente analisado quando a dinâmica intra-urbana é levada em consideração. Quando fazemos isso, podemos evidenciar uma intensa heterogeneidade social e espacial nas condições de pobreza. Neste sentido, a segunda seção analisa a questão mais detidamente, ao apresentar os resultados de um estudo sobre a distribuição espacial de diferentes grupos sociais da cidade de São Paulo, utilizando variáveis da amostra do Censo de 2000. Esse estudo realiza uma tipologia das áreas de ponderação da amostra do Censo de 2000 segundo as suas características sócio-econômicas. Ao final resumimos os principais elementos tentando apontar as consequências da heterogeneidade social e espacial da pobreza para as políticas municipais.

1. A pobreza urbana

Uma das primeiras questões a discutir diz respeito à distribuição macro-regional dos pobres e ao papel a ser atribuído às regiões metropolitanas. De fato, parte da literatura tende a minimizar a importância da pobreza metropolitana, sob o argumento de que os níveis observados para o restante do país são muito mais elevados (Arbache, 2003). Apresentamos na tabela 1, abaixo, um quadro que resume alguns dados sobre a distribuição territorial da pobreza absoluta no Brasil e em São Paulo, entendendo a pobreza como referida às famílias com renda per capita familiar inferior a um quarto de salário mínimo.²

Tabela 1

¹ O presente artigo é utiliza informações produzidas para artigos contidos no livro “São Paulo, 2004: Segregação, pobreza e desigualdade social”, organizado pelos autores, em especial os capítulos 2 e 12 de nossa autoria.

² Esta linha de pobreza tem sido comumente adotada como referência no Brasil. Ver Rocha (2003).

Proporção de pessoas residentes em famílias com renda familiar inferior a 1/4 de salário mínimo per capita, por aglomeração urbana, Brasil, Nordeste, Sudeste e Estado de São Paulo, 2001.

Região	Tipo de aglomeração			
	Metropolitana (*)	Urbana não metropolitana	Rural	Total
Brasil	19,10	46,60	34,30	100,00
Nordeste	11,04	43,80	45,16	100,00
Sudeste	38,78	43,13	18,09	100,00
Estado de São Paulo	54,91	37,64	7,45	100,00

Fonte: IBGE, PNAD 2001

Nota: (*) Inclui Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Podemos observar que, em escala nacional, a pobreza no Brasil não pode ser considerada um fenômeno metropolitano. As nove grandes regiões metropolitanas, que abrangem aproximadamente 30% da população nacional, contêm apenas 19% do total de pessoas que vivem em domicílios com rendimento familiar per capita inferior a um quarto de salário mínimo. A rigor, este resultado é explicável, em grande medida, em função da elevada concentração de pobres em áreas urbanas e rurais do sertão nordestino. Porém, quando observamos a distribuição de pobres no Sudeste, notamos que as regiões metropolitanas “oficiais” (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) respondem por uma parcela muito elevada do total de pobres (39%).³

No caso do Estado de São Paulo, podemos observar que quase 55% dos pobres residem na Região Metropolitana de São Paulo, que abarca em torno de 47% da população. Em outras palavras, tais resultados indicam que nas regiões mais desenvolvidas do país a pobreza é, sim, um fenômeno metropolitano. Se, além disto, considerássemos para o caso do Estado de São Paulo a participação de outras áreas metropolitanas, como as regiões de Santos e de Campinas, veríamos que estas três grandes aglomerações urbanas do Estado englobariam, de fato, uma parcela muito elevada do total de famílias abaixo da linha da pobreza.

Além disso, a pobreza na Região Metropolitana de São Paulo chama a atenção quando tomada em termos absolutos, independentemente de seu tamanho relativo. Segundo a PNAD 2001, existia na região um total de 1,3 milhões de pessoas vivendo em domicílios com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo (300 mil famílias aproximadamente) e 2,8 milhão de pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo.⁴ Tal população pobre é similar ao tamanho de algumas regiões metropolitanas brasileiras como Porto Alegre!!

Em outras palavras, os dados acima indicam que a pobreza no Brasil apresenta uma espécie de “duplo” padrão. Por um lado, existe um importante componente de pobreza de origem rural, particularmente no Nordeste brasileiro, pobreza que deve ser enfrentada de modo decisivo pelas políticas sociais. Há que se reconhecer, porém, que existe também um significativo volume de pobreza metropolitana, nada negligenciável em volumes

³ Se considerássemos como metropolitanas as aglomerações urbanas com mais de 500 mil habitantes, a pobreza metropolitana seria claramente majoritária no Sudeste.

⁴ Em termos relativos, o total de domicílios com renda per capita familiar inferior a um quarto de salário mínimo corresponde a aproximadamente 6% do total da região metropolitana e os com renda per capita inferior a meio salário mínimo correspondem a 20%.

absolutos e relativos, principalmente na perspectiva dos governos Estaduais e Municipais das regiões mais desenvolvidas do país.

Na esteira do processo geral de urbanização, a pobreza metropolitana passou a ser um fenômeno crescente na América Latina, a ponto de alguns autores se referirem a uma certa “urbanização da pobreza” na região (Arriagada, 2000). Além disso, é possível argumentar que a pobreza urbana tem características específicas, uma vez que a população nestes locais tem menor acesso às chamadas rendas não-monetárias (derivadas da produção para auto-consumo), bem como o custo de vida metropolitano tende a ser muito mais elevado do que no interior, particularmente no que diz respeito aos custos de habitação (Mingione, 1999).

Em outras palavras, entendemos que embora o enfrentamento da pobreza rural no Brasil deva ser considerado crucial, o tema da pobreza metropolitana também precisa ser crescentemente incorporado à agenda política brasileira, seja devido às dimensões do problema, seja devido às suas particularidades. Para tratar deste fenômeno, as políticas de caráter territorial têm um papel importante a desempenhar (Torres, 2004a). Para que essas sejam possíveis, entretanto, é necessário um preciso conhecimento das situações de pobreza vigentes em nossos espaços metropolitanos.

2. Desigualdades sociais e espaciais na metrópole paulistana

De forma a caracterizar as várias situações sociais na metrópole, manipulamos em um sistema de informações geográficas um conjunto de variáveis da amostra do Censo Demográfico para 758 áreas de ponderação da região Mancha Urbana de São Paulo em 2000.⁵ Este método, ao permitir a desagregação das informações, evita que incorramos nos problemas associados com médias de regiões heterogêneas, como os distritos censitários, (Marques e Bitar, 2002). As áreas de ponderação apresentam grau de detalhe menor do que os setores censitários (21.000 para a região metropolitana em 2000), mas maior do que a dos municípios (39) ou distritos (162). A opção pelas áreas de ponderação (em detrimento dos setores censitários) teve por objetivo incorporar dimensões sociais associadas a variáveis presentes apenas na amostra do censo, como ocupação, raça e origem migratória. De modo a tentar identificar as diferentes características socioeconômicas das áreas de ponderação, combinamos variáveis ligadas à renda e à escolaridade, à migração recente, às taxas de desemprego, à inexistência de infraestrutura urbana, à presença de pretos e pardos e às taxas de crescimento demográfico.⁶

O resultado final da análise é a descrição detalhada da distribuição espacial dos grupos sociais, mostrando a existência de vários tipos de situações de pobreza e riqueza. Os resultados dessa estratégia analítica confirmam os resultados anteriores, assim como nossas premissas sobre a heterogeneidade social de inúmeros espaços considerados anteriormente como periferias homogêneas. Esse resultado apresenta importância para além do debate sobre a “conjuntura social metropolitana”, visto que tem consequências diretas sobre várias políticas públicas executadas em nossas cidades. Os principais elementos desse exercício são apresentados a seguir.

A análise da distribuição espacial das variáveis socioeconômicas segundo as áreas de ponderação, assim como o seu estudo em modelos estatísticos de análise fatorial, indicaram que duas variáveis representavam de certo modo uma síntese do padrão de distribuição das outras variáveis: rendimento médio mensal e taxa de crescimento

⁵ A Mancha Urbana abrange 92% da população da região metropolitana em 2000, incluindo 21 municípios.

⁶ Realizamos anteriormente uma análise similar utilizando variáveis do universo do Censo de 2000. Os resultados, compatíveis com os apresentados aqui estão consubstanciados em Torres e Marques (2002) e Cem (2004).

demográfico. Assim, submetemos apenas essas duas variáveis a uma análise de cluster, produzindo uma tipologia de áreas de ponderação segundo suas características socioeconômicas principais.⁷ Essa técnica é particularmente útil para o estudo de áreas urbanas, como o da região metropolitana de São Paulo, tanto para estudos acadêmicos, quanto para o planejamento e a execução de políticas públicas (CEM, 2004 e Torres e Marques, 2002). A rigor, esse exercício tenta resumir a diversidade da mancha urbana em um número menor de agrupamentos, de forma a tornar a análise mais simples, sem com isto perder a complexidade das diferentes situações sociais presentes na metrópole. A análise gerou os 10 tipos de áreas de ponderação apresentados na Tabela 2 a seguir. Como podemos ver, a população dos grupos varia bastante, mas mesmo o menor grupo inclui uma população de tamanho expressivo.

Tabela 2: Características Sócio-Demográficas, de Diferentes Tipos de Área de Ponderação. Mancha Urbana de São Paulo, 2000.

Tipo de áreas	População	Domicílios	Nº de áreas de ponderação	Renda média domiciliar (S.M. 2000) (*)	anos médios de estudo do chefe
1	3.130.249	812.313	135	5,4	5,42
2	2.519.271	690.478	105	6,1	5,64
3	1.516.073	408.186	64	6,7	5,83
4	1.019.352	276.916	43	9,3	6,75
5	1.735.361	485.044	78	10,7	7,16
6	3.321.056	964.117	168	11,7	7,50
7	1.468.915	451.270	73	18,1	9,06
8	826.933	271.951	45	28,5	10,82
9	683.159	238.808	38	43,3	12,51
10	162.895	50.538	9	40,1	11,41
Total	16.383.264	4.649.620	758	12,7	7,30

Fonte: elaboração própria a partir das áreas de ponderação do Censo de 2000.

(*) O salário mínimo vigente em julho de 2000 era de R\$ 151,00.

O estudo dos indicadores sociais por tipo de área de ponderação indicou que os três primeiros grupos apresentam indicadores sociais precários e renda e escolaridade médias muito baixas, como podemos notar pela observação das duas últimas colunas referentes à renda e a escolaridade. Os espaços de tipo 4 a 7 apresentam características de classe média, sendo os grupos 4 e 5 média baixa e os grupos 6 e 7 média. O grupo 8 pode ser caracterizado como de classe média alta e os grupos 9 e 10 são compostos principalmente por ricos. Inúmeros detalhes podem ser acrescentados à caracterização destes tipos de áreas, mas por falta de espaço não nos referiremos a eles, sendo o leitor remetido para Marques (2004) para uma descrição mais completa. Considerando o objetivo desse artigo, nos deteremos aqui nos grupos com grandes concentrações de pobres – 1 a 3, tanto em seus aspectos sociais quanto espaciais. Habitavam esses espaços pouco mais de 7,1 milhões de indivíduos, ou 44 % da população de metrópole. Observemos as características desses grupos detalhadamente:

Tipo 1 – Este grupo de áreas agrega a população mais pobre, menos escolarizada e com mais alto desemprego da metrópole. A presença de mulheres chefes de baixa escolaridade é praticamente idêntica à da média da região, o que sugere que essas áreas não podem ser caracterizadas pelo tipo de vulnerabilidade capturada por esse indicador.

⁷ Para maiores detalhes ver Marques (2004).

O grupo apresenta a mais expressiva proporção de população preta e parda e nordestina da metrópole, inclusive migrantes recentes (neste caso a taxa é o dobro da metrópole). A população do grupo apresenta a estrutura etária mais jovem da metrópole, as piores condições urbanas (36% sem esgoto e 17,5% das pessoas morando em setores subnormais) e está explodindo demograficamente (7,8%aa).⁸ O grupo incluía 3,1 milhões de habitantes em 2000. Denominamos este grupo de: muito pobres em intensa expansão ou periferia de fronteira.

Tipo 2 – Esse grupo de áreas é composto por uma população muito pobre, muito pouco escolarizada. Merece destaque a presença significativa de pretos e pardos e nordestinos, assim como uma estrutura etária muito jovem e submetida a alto desemprego. Em termos gerais, as características são similares às do grupo anterior, mas melhores. Esse grupo apresenta uma participação de mulheres chefes de baixa escolaridade mais elevada do que no grupo anterior. As condições urbanas são muito precárias (cerca de 25 % dos domicílios não estão ligados à rede de esgotos) e a população do grupo está em crescimento (2,7%aa). Vale destacar que a presença de moradores de setores subnormais é inferior tanto à do grupo anterior quanto à do próximo grupo. Esse agrupamento inclui 2,4 milhão de pessoas e foi denominado de “muito pobres em área precária em crescimento” ou periferia em crescimento.

Tipo 3 – A população do grupo é pobre, pouco escolarizada e apresenta uma presença relativamente elevada de pretos e pardos, embora os nordestinos migrados recentemente estejam presentes numa proporção ligeiramente superior à média da metrópole. Esse grupo apresenta a maior proporção de mulheres chefes de baixa escolaridade da metrópole (14,2%) e muitas crianças e jovens, embora em proporção inferior à dos grupos anteriores.⁹ As condições urbanas são quase iguais às médias da metrópole no que diz respeito ao acesso às redes de esgotos, mas muito piores no que diz respeito à população habitando setores subnormais (16,3%, o que representa a segunda maior proporção). O grupo conta com uma população de cerca de 1,5 milhões e não apresenta quase crescimento algum (0,4 %aa). Denominamos o grupo de “muito pobres em área precária, mas consolidada” ou periferia estabilizada.

Em 2000, esses três tipos de área conformavam o que classicamente se denomina de periferia, sendo a terceira estabilizada, a segunda em crescimento e a primeira em intensa expansão. Todas as características sociais melhoram à medida que se passa do primeiro para o segundo grupo e deste para o terceiro.

2.1. A Distribuição Espacial dos Tipos de Área de Ponderação

Os resultados desta análise de agrupamentos sugere que a região metropolitana de São Paulo é caracterizada por uma importante heterogeneidade territorial. Isto vale para os tipos de áreas mais ricos, caracterizados segundo três diferentes tipos, para os mais pobres, descritos por três outros tipos, assim como para as áreas classe média, agrupadas em quatro grupos. Esses resultados reforçam a hipótese inicial que sustenta a existência de várias formas de pobreza. Nas seção que se segue, veremos que quando incorporamos explicitamente a dimensão espacial esta complexidade tende a crescer.

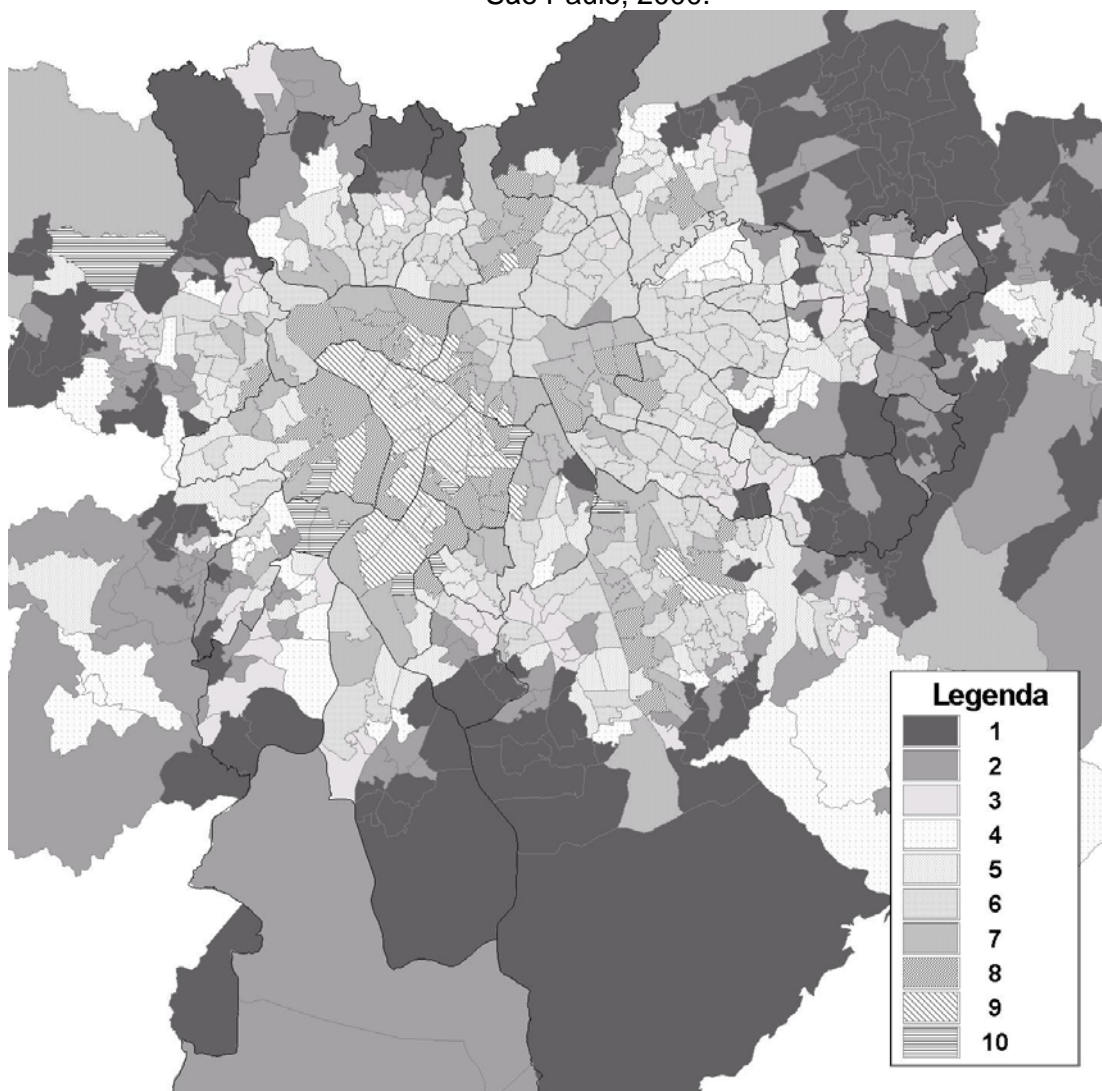
Como já discutido no capítulo precedente, entendemos que o “destino” dos diferentes grupos sociais não pode ser compreendido apenas a partir de suas características socioeconômicas. A localização de cada grupo social no espaço lhe confere diferentes

⁸ Para maiores detalhes desse fenômeno, ver Torres (2004b).

⁹ Considerando a estrutura etária muito jovem desse grupo, a elevada presença de mulheres chefes de baixa escolaridade não parece estar associada à chefia feminina por mulheres idosas (típica de outras áreas), mas a famílias com filhos pequenos e apenas um provedor adulto.

oportunidades em termos de acesso ao mercado de trabalho, a amenidades, e às políticas estatais. De forma similar, o local de residência define o grau de exposição dos habitantes a diversos elementos negativos aos quais os moradores da cidade estão sujeitos (também de forma desigual), como riscos ambientais, homicídios e violência, etc. Por esta razão, analisamos a seguir a distribuição espacial de nossos 10 tipos de área de ponderação considerados nesta análise (Mapa 1).

Mapa 1 – Distribuição Espacial dos Tipos de Área de Ponderação, Mancha Urbana de São Paulo, 2000.



Fonte: elaboração própria a partir das áreas de ponderação do Censo de 2000.

Observemos primeiramente a estrutura geral da distribuição espacial. Como podemos ver, os grupos de menor renda e escolaridade – 1, 2 e 3 tendem a se localizar na porção externa da região, assim como os grupos de melhores condições sociais e urbanas – 8, 9 e 10 – tendem a se localizar na porção interior e central da metrópole. Este comportamento geral está de acordo com várias correntes de estudos urbanos que sustentam a existência de uma estrutura radial concêntrica na distribuição dos grupos sociais em cidades brasileiras. Entretanto, uma análise mais detida do Mapa indica que

esta descrição geral é, na melhor das hipóteses, uma aproximação genérica, tanto da caracterização social, quanto da distribuição espacial dos grupos sociais. Isto porque, por um lado, podemos observar diferentes centralidades dos grupos mais bem posicionados na estrutura social e, por outro, a distribuição dos grupos mais pobres nas regiões periféricas se apresenta bastante complexa e heterogênea, inclusive com a presença mesclada no espaço de grupos de renda média e mesmo alta. Observemos alguns sub-espacos mais detidamente.

De uma forma geral, portanto, para além da já destacada heterogeneidade das situações de pobreza, podemos observar uma intrincada complexidade na localização dos grupos pobres. Em áreas usualmente consideradas simplesmente como precárias e homogêneas, o mapa acima indica a existência de espacos marcados por inversões e misturas com conteúdos sociais distintos. Não queremos dizer com isto que os padrões de segregação tradicionais já destacados por inúmeros autores tenham desaparecido. A ampla predominância dos grupos mais pobres nas áreas periféricas comprova a existência de intensos processos de segregação. Entretanto, mesmo nos atendo apenas à distribuição de tipos de áreas de ponderação, constatamos que a periferia é mais complexa do que usualmente se afirma. Ao invés de periferia, talvez seja mais apropriado falar de periferias, como sugerido por David Vetter sobre o Rio de Janeiro (Vetter et al., 1979) e como reafirmado recentemente por Valladares e Preteceille (2000) sobre as favelas cariocas e Saraiva e Marques (2004) sobre as favelas paulistanas.

Conclusão

Neste artigo destacamos a importância da pobreza urbana e em especial metropolitana, não apenas por razões numéricas, mas também pelas graves condições sociais a que uma parcela significativa da população de nossas metrópoles está submetida. Em seguida, sustentamos a natureza heterogênea da pobreza na cidade de São Paulo. Esta heterogeneidade tem uma primeira dimensão social, expressa no fato que há áreas com altas concentrações de pobres e de pessoas de baixa escolaridade com conteúdos sociais distintos entre si. Para comprovar esta hipótese, analisamos indicadores sociais construídos a partir das informações das áreas de ponderação do Censo Demográfico de 2000. A análise indicou a existência de duas grandes dimensões na massa de dados, passíveis de expressão pelas variáveis rendimento e taxa de crescimento demográfico. A associação entre as duas variáveis sugeriu a existência de 10 tipos de áreas de ponderação classificadas segundo as suas características sociais, sendo três delas muito pobres.

A heterogeneidade, entretanto, tem uma segunda dimensão associada ao espaco metropolitano. A distribuição destes grupos sociais no espaco não corresponde exatamente à descrição que a literatura classicamente sustenta e, apenas em sentido geral, os grupos sociais se organizam espacialmente na forma radial concêntrica. Nesse particular, os espacos ocupados pelos grupos mais pobres tendem a ser substantivamente heterogêneos. O mapa aqui apresentado sugere a existência de espacos periféricos bastante complexos, nos levando a destacar a existência de periferias, ao invés de periferia.

Esta heterogeneidade tem importantes conseqüências para as políticas públicas. Ao contrário de demandarmos políticas genéricas de elevação dos patamares de equipamentos e promoção de melhores condições de vida, é necessário analisar detalhadamente os conteúdos das várias periferias e desenhar políticas apropriadas às necessidades de cada grupo social e do local específico. Apenas assim será possível construir políticas ao mesmo tempo universais e eficazes. Por outro lado, se estas tarefas

forem bem executadas, o desenvolvimento de estratégias espaciais para as políticas sociais tende a ser mais profícuo, facilitando, ou pelo menos tornando mais explícitas as nossas “escolhas trágicas” em políticas sociais, sempre condicionadas pelas fortes restrições orçamentárias (Santos, 1987).

Bibliografia

- ARBACHE, J. “Pobreza e mercados no Brasil”. In: CEPAL. *Pobreza e Mercados no Brasil: uma análise de iniciativas de políticas públicas*. Brasília: CEPAL/DFID, 2003.
- ARRIAGADA, C. “Pobreza em América Latina: Nuevos escenarios e desafíos de políticas para el hábitat urbano”. In: CEPAL – *Série Medio Ambiente de Desarrollo*, n. 27, 2000.
- CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE (CEM). *Mapa da vulnerabilidade social e do déficit de atenção a crianças e adolescentes em São Paulo*. São Paulo: relatório de pesquisa, 2004.
- MARQUES, E. e BITAR, S. “Grupos sociais e espaço”. In: *Novos Estudos Cebrap, No 64*, 2002.
- MINGIONE, Enzo. “Urban poverty in the advanced industrial world: concepts, analysis and debates”. In: MINGIONE, Enzo (org.) *Urban poverty and the underclass*. Nova York, Blackwell, 1999.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.
- SANTOS, W. dos. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- SARAIVA, C. e MARQUES, E. 2004. “A condição social dos habitantes de Favelas” In: Marques, E e Torres, H. (org.) *São Paulo, 2004: Segregação, pobreza e desigualdade social*. São Paulo: no prelo.
- TORRES, H. “Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana”. In: Marques, E e Torres, H. (org.) *São Paulo, 2004: Segregação, pobreza e desigualdade social*. São Paulo: no prelo.
- TORRES, H. e MARQUES, E. “Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano”. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, No 4, 2002.
- VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. 2000. “Favela, favelas: unidade ou diversidade da favela carioca”. In: Queiroz, L. *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Observatório/Ed. Revan/Fase.
- VETTER, D.; MASSENA, R. e RODRIGUES, E. “Espaço, valor da terra e equidade dos investimentos em infra-estrutura no Município do Rio de Janeiro”. In: *Revista Brasileira de Geografia, Vol 41(1-2)*, 1979.